



Diário da Sessão n.º 055 de 26/09/02

Presidente: Passamos ao ponto 8 da nossa ordem de trabalhos, **Proposta de Resolução – “Política Comum de Pescas e a necessidade de serem tidas determinadamente em conta as especificidades regionais”**, apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas:

Eu venho a esta tribuna fazer a apresentação, e farei tudo para que não seja demorada, desta proposta de resolução, porque deliberadamente quero realçar aquilo que o Grupo Parlamentar pensa ser a importância política dela.

Esta proposta de resolução deu entrada nesta Casa já há algum tempo atrás, penso que em Junho, numa altura quente, numa altura em que são conhecidas as propostas da política comum de pescas, provenientes da Comissão Europeia, numa altura em que no plano do nosso País o debate se acendeu de forma bastante acentuada, em que a Assembleia da República dedicou mais do que uma sessão de trabalho a este assunto e chegou à aprovação duma resolução e, portanto, numa altura em que era essencial haver posições relativamente àquilo que era proposto.

Se é certo que desde logo se intuiu isso, se é certo que a nós, como Açorianos, era importante e nos reconhecíamos no essencial nas posições nacionais, também é certo que as nossas questões específicas ganhavam uma dimensão que tinham que ter um tratamento próprio e aturado e tiveram-no.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Não foi por acaso que no mês de Julho se desenvolveu um conjunto de acções, na qual apareceu a Assembleia Legislativa Regional, apareceu o Governo Regional e houve, desde logo, um esforço entre os partidos aqui representados, o Governo e a Assembleia, duma total concertação de posições. Também os parceiros sociais do sector foram envolvidos em toda esta acção e este trabalho.

Penso que teve importância neste processo a deslocação a Bruxelas, embora com uma razão inicial diferente, duma delegação desta Assembleia, presidido pelo Senhor Presidente, mas que aproveitou essa estadia para tratar de problemas que dizem respeito a esta questão, tendo importância o facto do Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas ter resolvido, mesmo contra opiniões contrárias, nomeadamente de membros do Governo da República, ir a Bruxelas na mesma altura. Também teve importância o facto do Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas ter convidado representantes dos parceiros sociais do sector para estarem lá na mesma altura.

Teve também uma importância o facto de ter feito reuniões conjuntas com altos responsáveis da Direcção Geral de Pescas da Comissão Europeia e também com a Comissão de Pescas do Parlamento Europeu.

A vinda à Região de seguida, no fim do mês de Julho, da Comissão de Pescas, também teve a sua importância neste processo.

Do esforço posto, quer por deputados desta Assembleia, quer pelo Governo Regional, no acompanhamento dessa visita e no trabalho de esclarecimento que se foi fazendo, penso que, e é a leitura que tenho deste acontecimento, nestes meses há diferenças na situação, mantendo-se o essencial, ou seja, o processo da discussão da reforma da Política Comum de Pescas vai entrar



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

na sua fase final, as propostas da Comissão possivelmente podem ter alguma evolução, mas no essencial mantêm-se.

A parte nacional portuguesa vai ter um papel fundamental e determinante na negociação final e, portanto, é preciso que os problemas do nosso país, e todos temos interesse nisso, sejam todos acautelados e defendidas soluções adequadas, mas é preciso que dentro disso as questões específicas da Região Autónoma dos Açores tenham um tratamento adequado, uma defesa afincada e convicta, como questão especial integrada no conjunto das questões nacionais, tão importante como quaisquer outras.

Daí que me pareça e pareça ao Grupo Parlamentar do PCP que é essencial, neste altura, haver uma posição política forte desta Assembleia em relação a este problema.

Nessa posição política propõe-se que a Assembleia adopte aquilo que são os pontos definidores da posição nacional que já está definida pela Assembleia da República e adopte as posições de defesa do interesse específico que, neste caso, e não há nenhum mal em dizê-lo e até sublinhar, são as posições que em conjunto, a Assembleia e o Governo já defenderam junto de instâncias europeias.

Mas, fazer neste momento a aprovação desta proposta, fazer chegar aos órgãos de soberania, Presidente da República, Assembleia da República e Governo, esta posição política é, na nossa óptica, completamente essencial. Compete a um destes órgãos de soberania, que é o Governo, a negociação final e é muito importante que esse órgão de soberania saiba o que é que a Região Autónoma dos Açores, através dos seus órgãos próprios, pensa deste problema. Daí o significado político da aprovação, neste momento, desta proposta de resolução.



É bom dizer, e não vou entrar em discussão de especialidade, que houve o cuidado, – e citando o Sr. Deputado Dionísio de Sousa – de regar a proposta, de regar a arvorezinha, quer pelo proponente, quer pela Comissão de Economia, quer pelos partidos nela representados, tendo em conta a evolução que o processo teve desde da data da sua apresentação até agora, na clarificação, evolução e fixação de posições e procurando elaborar um texto de substituição que contemple essa evolução.

Tenho a ideia que as conclusões a que a Comissão chegou são conclusões politicamente correcta, rigorosas e que podem ter a grande utilidade de balizar e defender a posição da Região Autónoma dos Açores nesta ponta final da negociação.

Muito obrigado.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (*Ricardo Rodrigues*): *Muito bem!*

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Campos.

Deputado Manuel Campos (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

O Partido Socialista tem também em conta todos os esforços feitos, particularmente durante o mês de Julho, que foram, de facto, esforços intensos e no mesmo sentido as preocupações foram comuns na defesa intransigente duma riqueza que é importante para largos sectores da população activa desta Região e para a própria riqueza que nela se produz.

Pensamos ser justo também dar relevo, com energia, aos esforços envidados, através do Governo Regional na pessoa do seu Secretário Regional da Agricultura e Pescas.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Decorreram batalhas difíceis neste período, cujo papel, nomeadamente do actual Secretário de Estado das Pescas, Dr. Frazão Gomes, não foi de modo nenhum a facilitar a ajuda nas nossas pretensões.

Pensamos, e temos documentos que vou nesse sentido, que todo o trabalho desenvolvido levou a que a própria posição do Comissário Franço Fichler tivesse uma evolução positiva, que deriva da visita efectuada a Bruxelas, posteriormente reforçada com a deslocação aos Açores da Comissão de Pescas do Parlamento Europeu.

Essa concertação de esforços, essa comunhão de preocupação, quer dos partidos políticos aqui representados, quer das forças do sector das pescas, empresários e pescadores, foram, de facto, ricas para que as nossas preocupações, os nossos pontos de vista fossem considerados pela Comissão de Pescas do Parlamento Europeu e supomos que também pela parte do próprio Comissário Franço Fichler, pelo que lemos e sabemos.

Nesse sentido e reconhecendo que houve, como o Partido Comunista Português acabou de referir, uma substancial evolução desde a apresentação da proposta até aos dias de hoje, feitas as devidas alterações, a bancada do Partido Socialista votará favoravelmente este documento.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Sequeira de Medeiros.

Deputado Luís Sequeira de Medeiros (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD também não pode estar de acordo com a proposta da Comissão Europeia para a revisão da Política Comum de Pescas. Isso já foi aqui realçado, mas nunca é demais fazê-lo.

Julgamos também que as nossas especificidades nesta matéria, sobretudo aquelas que resultam das características dos fundos dos nossos mares que por sua vez condicionam o habitat e a dimensão dos recursos piscatórios,



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

não estão minimamente salvaguardados nesta proposta da Comissão Europeia.

Estamos certos que o exercício das pescas por outras frotas de maior dimensão, com outra capacidade de mobilidade, com artes de captura maciça, em pouco tempo desertificariam os nossos bancos de pesca, com todas as consequências negativas, económicas e sociais que daí adviriam. É pois imperioso tentar evitá-lo.

Também temos dificuldade em aceitar os constrangimentos que agora são postos à renovação e modernização da frota local, necessária para a sua adequação ao exercício da actividade em moldes actuais, compatíveis com o equilíbrio dos recursos, qualidade, bem-estar e segurança de quem pratica.

Assim estamos genericamente de acordo com a proposta de resolução que se aprecia, com os seus considerandos e, sobretudo, com o conteúdo das 8 alíneas do seu nº 2 que reflectem também a nossa perspectiva sobre esta matéria.

Por tudo isto o nosso voto será favorável.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu pedi a palavra em primeiro lugar para, num parêntesis, fazer aqui no local próprio um agradecimento público pela forma como os partidos políticos e esta Assembleia, designadamente através do Sr. Presidente, puderam cooperar com o Governo Regional no sentido de podermos, a uma



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

só voz, levar a Bruxelas as questões que são imprescindíveis para o sector das pescas nos Açores.

Mais uma vez o nosso muito obrigado por esta cooperação que foi certamente eficaz.

Todos se recordam da primeira reunião que mantivemos na Direcção Geral de Pescas e a primeira conversa que nos foi transmitida pelo Sub-Director Geral das Pescas foi dizer que a liberalização dos mares na Europa era um princípio adquirido e que não ia haver excepções.

Quase ficamos petrificados com essa expressão inicial, mas hoje estamos convencidos que a nossa ida a Bruxelas e todos os contactos subsequentes redundaram numa eficaz produção política por parte dos órgãos e dos parceiros sociais dos Açores.

Se é verdade que por parte da Comissão das Pescas do Parlamento Europeu recebemos o acolhimento positivo, se é verdade que inclusivamente por parte da Comissão e do Sr. Comissário Françe Fichler também temos sinais positivos, até hoje não tive nenhum sinal positivo por parte do Governo da República.

Penso que esta proposta de resolução tem plena pertinência e continua a ser útil aos Açores. É importante que, de facto, esta resolução possa chegar ao destinatário exacto.

Na verdade a experiência que eu pessoalmente, como Secretário Regional da Agricultura e Pescas, no domínio das pescas posso transmitir a este Parlamento, é que o Sr. Director Regional das Pescas deslocava-se a Bruxelas a convite do Estado-Membro para reuniões mais ou menos com uma periodicidade quinzenal. Há cerca de 6 meses não vai a nenhuma reunião a Bruxelas.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Portanto, é preocupante, e eu estou a dizer isto com a maior das sinceridades, porque o que está em causa, como muito bem sabem, é o interesse dos Açores.

Quem negocia na Política Comum de Pescas, em Bruxelas, é o Estado-Membro e nós sabemos que nas negociações há cedências e conquistas e nós devemos estar atentos para as cedências que, eventualmente, Portugal queira fazer.

Portanto, acho que esta não é mera conversa, porque se baseia em factos concretos, ou seja, como já disse, o Director Regional das Pescas não é convidado para ir às reuniões que dantes era convidado.

Este é um assunto que me preocupa e preocupa o Governo e por isso é que o exponho aqui e solicito mais uma vez, com toda a humildade, que quem pode influenciar que a decisão final é aquela que nós todos pretendemos, deve-o fazer a bem dos Açores.

Para ser concreto e preciso, acho que a proposta de resolução é útil, acho que a resolução deve chegar aos destinatários que ela própria contém e espero que esses destinatários possam acolher as pretensões dos Açores nesta matéria.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra, para prestar esclarecimentos, o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Apenas um breve esclarecimento.

Quanto à posição do Grupo Parlamentar do PSD sobre esta matéria, ela está clara e foi dada pelo colega Deputado Luís Henrique Sequeira de Medeiros.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Quer o Sr. Deputado do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, quer o Sr. Secretário Regional fizeram referências ao Governo da República.

É bom que se entenda e que fique claro neste ponto que a preocupação do Governo da República quanto a esta matéria, é de interesse para a Região Autónoma dos Açores.

Que possamos a uma só voz, neste caso, Assembleia Legislativa Regional, todos os partidos, o Governo Regional e o Estado Português, este sim, o sujeito de direito público no contexto da União Europeia, defender os interesses das pescas e o acesso ao mar dos Açores. É bom que não haja dúvidas quanto a isto.

Não é inteiramente verdade que, sob o ponto de vista da defesa das pescas nos Açores, os órgãos de soberania não se tenham pronunciado.

Foi aprovada na Assembleia da República, por unanimidade, uma resolução que faz esta defesa e que sensibiliza o Governo da República para esta posição açoriana.

Portanto, se hoje há oportunidade para com esta resolução reafirmarmos a nossa defesa e a nossa posição, ela não é contra ninguém. Ela não pode ser encarada como contra qualquer posição do Governo da República, porque não tem valor para esse efeito e nem sequer é aconselhável.

O Governo da República quer que possamos todos fazer a defesa a uma única voz na União Europeia, para que fiquem salvaguardados os interesses da pesca, na Região Autónoma dos Açores.

Quando estamos todos de boa fé a promover por consenso uma identificação do nosso problema e do que pretendemos na Política Comum de Pescas da União Europeia, é bom que possamos fazer isso, encontrando parceiros para esta voz comum e não fazendo uma procura de adversários lutando contra eles.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Que possamos reforçar a sensibilização do Governo da República, porque é ele quem tem competência para influenciar na União Europeia aquilo que pode ser a Política Comum de Pescas e, sobretudo, porque, como todos já conhecemos pela correspondência entre o Comissário Fischler e Barnier, este processo vai ser tratado no âmbito das Regiões Ultraperiféricas.

Portanto, é este o nosso principal objectivo. É por aí que nos devemos ater e não tentar desviar para uma disputa com o Governo da República.

Presidente: Sr. Deputado, agradeça que concluisse, pois já terminou o seu tempo.

O Orador: A referência ao Sr. Secretário de Estado por parte do Sr. Deputado ou pelo Sr. Secretário Regional, perante o Governo da República, não é essencial neste debate, ...

Deputado José San-Bento (PS): É essencial.

O Orador: ... nem sequer é o mais conveniente, porque estamos todos, o País, o Governo da República e a Região, no encontro da melhor defesa da pesca, dos pescadores e dos mares açorianos.

Muito obrigado.

Presidente: Srs. Deputados, já ultrapassámos o nosso tempo regimental. Há mais Srs. Deputados inscritos para intervir no debate, mas ficarão para amanhã.

Estão encerrados os nossos trabalhos por hoje. Recomeçaremos os nossos trabalhos amanhã às 10,00 horas.

(Eram 20 horas e 10 minutos)



Diário da Sessão n.º 056 de 27/09/02

Vamos dar início à nossa Ordem do Dia com a continuação da discussão da Proposta de Resolução – Política Comum de Pescas e a necessidade de serem tidas determinadamente em conta as especificidades regionais, apresentada pelo PCP.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (*PCP*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Na sequência das intervenções que me precederam penso que há um problema que tem que ser claramente posto e dele não podemos fugir.

Se esta Proposta de Resolução pretende ser (e é!) a definição de uma posição de política da Região Autónoma dos Açores, através da sua Assembleia Legislativa Regional, não pode ser entendida como sendo contra quem quer que seja. Tem que ser entendida como sendo um instrumento de afirmação que procura contribuir para que a afirmação mais geral da representação do país não deixe de ter em conta esta afirmação regional.

Pretender outra coisa diferente disto, na minha opinião, não é legítimo, adequado e não é aquilo que se pretende que seja.

Folgo com o facto de verificar que há uma unanimidade regional na definição desta posição.

É importantíssimo que essa unanimidade passe a letra de forma com a força política que tem uma Resolução da Assembleia Legislativa Regional dos Açores e é importante que nessa sequência as coisas corram com normalidade, ou seja, a representação do país na negociação final da



Política Comum de Pescas, tenha em conta as nossas especificidades regionais.

No fundo, o problema entronca aqui. Nós estamos completamente de acordo com as posições nacionais, globais, mas não podemos deixar de nos preocupar com aquilo que nos é específico.

É no sentido dessa especificidade, do facto desta Região ser uma região ultraperiférica, do facto da ultraperiferia hoje ter no Tratado da União um tratamento próprio e diferenciado que nos é favorável se for interiorizado e tido em conta nas decisões da Política Comum, que penso que se justifica esta Resolução.

Queria apenas chamar a atenção para o facto desta Resolução na sua versão actual, na versão que foi entendida na Comissão, acompanhar claramente a posição governamental.

Há um aspecto que penso que é muito importante pôr em causa, isto é, a reivindicação da manutenção do estatuto desta zona de pesca na nova Política Comum de Pescas e os apoios à frota pesqueira e artesanal. Esta é uma das chaves de todo o problema.

A frota costeira e artesanal é a frota que não só existe mas é a que permite uma gestão equilibrada dos recursos que nós temos.

Manter simultaneamente o mesmo regime de pesca que há actualmente e reforçar os apoios à frota costeira e artesanal, permite a manutenção da preocupação pela gestão dos nossos recursos.

Se eles ainda existem, é porque tem havido uma perspectiva da sua gestão.

Se nós temos recursos e queremos continuar a ter, temos que proceder em conformidade.

Penso que tudo isto está na Proposta de Resolução.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Penso que é muito importante que esta Proposta de Resolução seja aprovada com uma manifestação forte de vontade política de uma Região Autónoma que se integra e que espera a solidariedade do país que faz parte, mas que também é solidária com os problemas do país, neste sector.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Campos.

Deputado Manuel Campos (*PS*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo, Sr. Deputado José Manuel Bolieiro:

A nossa intervenção relativamente a esta matéria não incluía intenções contra ninguém, ao contrário daquilo que quis sugerir na sua. A nossa preocupação vai em sentido contrário àquilo que quis sugerir.

Nós estamos de acordo com o que foi dito na intervenção do Deputado José Decq Mota relativamente à defesa dos nossos interesses. Essa é a nossa preocupação central e foi isso que nos uniu nesta Casa e com as estruturas do sector das pescas.

No entanto, temos que acautelar sempre e temos que fazer lembrar que outros interesses nos podem prejudicar, como a negociação “Fhtland Box”. Os interesses dos grandes armadores nacionais podem pôr em causa aqueles que são os nossos interesses. Os Açores poderia servir como moeda negocial, para nosso prejuízo, Sr. Deputado.

Ontem fizemos referência ao Dr. Frazão Gomes, ao Secretário de Estado das Pescas, não fizemos referência ao Ministro Sevinate Pinto, como muito bem ouviu e percebeu. É essa a razão da nossa preocupação e devemos invocá-la com toda a legitimidade.

Finalmente, devo dizer que penso que o senhor deve-se ter esquecido que o seu colega de bancada Victor Cruz, no dia anterior, tinha elogiado – porque



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

é apanágio desta Casa e são partidos que estão aqui – que a defesa do ponto de vista partidário das causas é nobre, não tem nada de condenável.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Apenas para fazer um registo da clarificação da posição do Grupo Parlamentar do PS. Penso que dessa forma melhora a declaração inicial do Sr. Deputado Manuel Campos.

O grande objectivo que importa aqui defender é a posição comum na defesa dos interesses dos Açores. Este foi o meu registo e a minha nota negativa daquilo que parecia menos claro na intervenção inicial do Sr. Deputado.

Feita a clarificação, dou-me por satisfeito, mas devo dizer que não interpretei esse sentido de condenação. Apenas deixei um registo, por parte do PSD, daquilo que devia ser a posição consensual entre todos os grupos parlamentares da Assembleia Legislativa Regional, na aprovação desta Proposta de Resolução.

Quando isto ficar clarificado, está cumprido o nosso dever e estou convencido que com isso também temos um ganho de causa desta posição comum.

É bom que, aquando de debates desta natureza, nos possamos ater ao essencial e não recorrer ao acessório, como me pareceu ontem quando proferiu a sua intervenção.

Muito obrigado.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Presidente: Srs. Deputado, não havendo mais intervenções, vamos fazer uma primeira votação da proposta apresentada pelo PCP e votaremos depois o texto de substituição.

Os Srs. Deputados que concordam com a proposta apresentada pelo PCP, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: A proposta foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passemos de seguida à votação do texto de substituição, oriundo da Comissão e que, segundo um documento que tenho na Mesa, é subscrito por todos os Grupos Parlamentares.

Os Srs. Deputados que concordam com esta Proposta de Resolução segundo o texto da Comissão, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: A Proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade.